

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA**

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 2021.10.14.0023, de 14/10/2021.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Saúde

ASSUNTO: Análise da Minuta de Edital de Pregão Eletrônico.

PARECER Nº 02/2022 – PGM**I – DO INTRÓITO**

A presente manifestação, visa orientar a Autoridade Assessorada no controle interno de atos administrativos, à guisa de fazer valer os princípios implícitos e explícitos do art.37 da Constituição da República Federativa do Brasil (L I M P E), além de assegurar a moralidade administrativa e a legalidade estrita enquanto matérias de ordem pública.

Trata-se de solicitação encaminhada a esta PGM da lavra do Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luis Fernando Costa Aragão, em atendimento ao art. 38, da Lei Federal nº 8.666/1993, para proceder à análise da Minuta de Edital do **Pregão Eletrônico oriundo do processo administrativo em epígrafe** e seus anexos, do tipo **Menor Preço**, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada no fornecimento de ar condicionado e com isso, atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Anajatuba/MA**, conforme IPS'S citados às fls.03-18, com Termo de Aprovação de MIRP por Itens às fls.19 e Planilhas Com Quantitativos e Especificações por Itens às fls.20-23.

Convém informar que constam dos autos Pesquisa Mercadológica às fls.24-35, acrescido de **RELATÓRIO DE COTAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE AR-CONDICIONADOS DE INTERESSE DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO**, com todas as especificações do objeto licitado, **cujo valor apurado, orçou R\$ 947.851,08 (novecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e um reais e oito centavos)**, conforme Mapa de Apuração às fls.56-58 dos autos.

Convém ainda informar que os autos encontram-se instruídos na forma da Lei, com Justificativa de Preços, conforme dispõe os arts 5º e 6º da Instrução Normativa 73/2020, *vide* fls.59, com encaminhamento às fls.60 ao setor de contabilidade assinado pelo Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luis Fernando Costa Aragão, com vistas de obter informações quando a existência de Dotação Orçamentária para realização da despesa.

Em despacho às fls.61, o Contador JADEVALDO CUZ RIBEIRO, CRC nº 013047/O-5 MA *sugere a continuidade do processo, e após a realização do procedimento licitatório e antes da assinatura do contrato firmado com base na respectiva ata de registro de preços e o seu retorno, para fins de comprovação da existência de dotação orçamentária com saldo suficiente para custeio de despesas onde naquela oportunidade fora indagado por esta PGM. Em estudo com vistas de apurar o conteúdo à luz da legalidade estrita, esta PGM constatou quanto à essa possibilidade, na forma do Decreto nº 7.892/2013, em seu art.7º, § 2º, que diz:* **Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, portanto perfeitamente aplicável no caso concreto.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ato contínuo, consta também dos autos, Termo de Referência (fls.62-73), acrescidos de Termos de Concordâncias das Secretarias de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Administração e Assistência e Desenvolvimento Social, às fls.74-76, e AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO, (fls.77) assinado pelo Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luis Fernando Costa Aragão, oportunidade em que aprovou e autorizou quanto a abertura de procedimento licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico tipo menor preço por item, além de juntada de Portaria de designação de pregoeiros e equipe de apoio, com a respectiva publicação e Diploma de Pregoeiro em nome do Pregoeiro Municipal Lucas Rodrigues Ramos (fls.78-83) e Autuação do Processo às fls.84 devidamente chancelado pelo Pregoeiro Lucas Rodrigues Ramos.

O valor global estimado para a pretensa contratação é de **R\$ 947.851,08 (novecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e um reais e oito centavos)**, conforme Mapa de Apuração às fls.56-58 dos autos.

O presente processo licitatório encontra-se instruído, constando nos autos os seguintes documentos que passarei a decifrar:

- Capa do Processo (sem número);
- Capa do Processo (fls.01);
- Termo de Abertura de Processo (fls.02);
- Encaminhamento à Coordenadora de Compras assinado pelo Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luis Fernando Costa Aragão (fl.03);
- Intenção de Registro de Preços, com Planilhas de Quantitativos e Especificações (fls.04-18, 20-23);
- Termo de Aprovação (fls.19)
- Pesquisa Mercadológica – RELATÓRIO DE COTAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE AR-CONDICIONADOS DE INTERESSE DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO (fls.24-55 e 59);
- Mapa de Apuração (fls.56-58);
- Encaminhamento ao setor contábil quanto à existência de dotação orçamentária assinada pelo Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luis Fernando Costa Aragão (fls.60);
- Despacho Setor Contábil assinado pelo Contador Jadevaldo Cruz Ribeiro, CRC nº 013047/O-5 MA (fls.61);
- Termo de Referência aprovado pelo Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luis Fernando Costa Aragão (fls.62-73), **com o autorizo do Termo de Referência (fls.73)**;
- Termos de Concordâncias das Secretarias envolvidas (fls.74-76);
- Autorizo de Instauração de Processo Licitatório assinado pelo Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luis Fernando Costa Aragão (fls.77);
- Juntada de Portaria de Pregoeiros e Membros da CPL, Diploma e Publicações (fls.78-83);
- Autuação do Processo assinado pelo Pregoeiro LUCAS RODRIGUES RAMOS (fls.84);
- Encaminhamento à PGM (fls.85);
- Edital de Minuta e Edital e Contrato de Pregão Eletrônico e anexos (fls.86-148);
- Despachos e Encaminhamentos pertinentes.

É de bom alvitre salientar, que o processo já fora objeto de análise por parte desta PGM, em fase de análise de minuta e anexos, na forma do art.38 da Lei nº 8.666/93, através de emissão de Parecer nº 180/2021-PGM, de 30/11/2021, às fls.149-153. Ato contínuo, foram juntados os seguintes documentos: EDITAL E ANEXOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (fls.154-215); Certidão de Fixação do Edital no Mural de Avisos (fls.216); Aviso de Licitação Pública – Pregão Eletrônico SRP nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

039/2021 e Publicações (fls.217-223); Juntada de Proposta de Preços da empresa S. R. SOUSA LOPES, CNPJ Nº 25.057.844/0001-08 (fls.224-275); Juntada de Validação de Proposta de Preços da empresa S. R. SOUSA LOPES, CNPJ Nº 25.057.844/0001-08 (fls.276-301); Juntada de Proposta de Preços Readequada com Diligências da empresa S. R. SOUSA LOPES, CNPJ Nº 25.057.844/0001-08 (fls.302-427); Juntada de Proposta de Preços Readequada com Diligências da empresa DISTRIBUIDORA STELLA EIRELI, CNPJ Nº 14.496.361/0001-85 (fls.428-430); Juntada de Habilitação da empresa ECOMAIS AR ARCONDICIONADOS LTDA, CNPJ Nº 39.368.629/0001-24 (fls.431-523); Juntada de Validação de Documentos de Habilitação da empresa ECOMAIS AR ARCONDICIONADOS LTDA, CNPJ Nº 39.368.629/0001-24 (fls.524-652); Juntada de Validação de Documentos de Habilitação da empresa J. MARINHO CORDEIRO EIRELI, CNPJ Nº 18.407.447/0001-45 (fls.653-769); Juntada de Validação de Documentos de Habilitação da empresa F. M. MEIRA EIRELI, CNPJ Nº 38.71.572/0001-20 (fls.770-798); Juntada de Proposta de Preços Readequada com Diligências da empresa F. M. MEIRA EIRELI, CNPJ Nº 38.715.572/0001-20 (fls.799-817); ATA FINAL (fls.818-869); VENCEDORES DO PROCESSO (fls.870-871); Resultado do Julgamento da Licitação – Pregão Eletrônico nº 039/2021 e Publicações (fls.872-874); Reenvio à PGM (fls.875).

Percebo, a partir dos documentos que colacionam as fases do processo, a vantajosidade da administração na pretensa contratação, pois o valor global estimado inicialmente para a pretensa contratação era de **R\$ 947.851,08 (novecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e um reais e oito centavos)**, conforme Mapa de Apuração às fls.56-58 dos autos. A partir das propostas readequadas pelas empresas licitantes vencedoras, quais sejam, F. M. MEIRA EIRELI, CNPJ Nº 38.715.572/0001-20, gerou um total adjudicado parcialmente no valor de R\$ 88.942,86 (oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos) e J MARINHO CORDEIRO EIRELI, CNPJ Nº 18.407.447/0001-45 no valor de R\$ 854.870,00 (oitocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e setenta reais), gerando um valor total adjudicado de R\$ 943.812,86 (novecentos e quarenta e três mil, oitocentos e doze reais e oitenta e seis centavos), o que representa uma queda de R\$ 4.038,22 (quatro mil e trinta e oito reais e vinte e dois centavos, conforme resta provado nos autos.

É o breve relatório. Passamos a opinar.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

1. Considerações iniciais

Importante salientar que o exame dos autos processuais se restringe aos seus **aspectos jurídicos**, excluídos, portanto, aqueles de *natureza técnica ou administrativa*. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2. Da análise da demanda

A primeira fase da licitação encontra-se disciplinada em linhas gerais no art. 38 da Lei nº 8.666/93, no qual faremos uma comparação entre os requisitos contidos nos incisos do referido artigo e a Minuta do Edital apresentada pela *Comissão de Licitação do Município de Anajatuba/MA*. Vejamos:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo **[feito]**, devidamente autuado **[feito]**, protocolado e numerado **[feito]**, contendo a autorização respectiva **[feito]**, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa **[a própria minuta do Edital]**, e ao qual serão juntados oportunamente:

- I. edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso **[feito]**;
- II. comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite **[ainda não alcançou este estágio]**;
- III. ato de designação da comissão de licitação do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite **[feito]**;
- IV. original das propostas e dos documentos que as instruírem **[feito]**;
- V. atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora **[feito]**;
- VI. pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade **[feito]**;
- VII. atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação **[feito]**;
- VIII. recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões **[não alcançou este estágio]**;
- IX. despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente **[não se aplica ao caso]**;
- X. termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso **[ainda não alcançou este estágio]**;
- XI. outros comprovantes de publicações **[feito]**;
- XII. demais documentos relativos à licitação **[existem]**.

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração **[feito]**.

Relativamente à fase interna, Marçal Justen Filho indica que ela se destina a:

- a) verificar a necessidade e a conveniência da contratação de terceiros **[não há necessidade]**;
- b) determinar a presença dos pressupostos legais para a contratação (inclusive a disponibilidade de recursos orçamentários) **[feito]**;
- c) determinar a prática de prévios indispensáveis à licitação (quantificação das necessidades administrativas, avaliação de bens, elaboração de projetos básicos etc.) **[feito]**;
- d) definir o objeto do contrato e as condições básicas de contratação **[feito]**;
- e) verificar os pressupostos básicos da licitação, definir a modalidade e elaborar o ato convocatório da licitação **[feito]**.

A supracitada Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública determina em seu Art. 40, quais os requisitos a serem observados pela mesma quando da elaboração do Edital, *in verbis*:

Art. 40. - O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

da licitação, a menção de que será regida por esta lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara **(feito)**;

II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação **(feito)**;

III - sanções para o caso de inadimplemento **(feito)**;

IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico **(feito)**;

V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido **(feito)**;

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta lei, e forma de apresentação das propostas **(feito)**;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos **(feito)**;

VIII – locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto **(feito)**;

IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais **(feito)**;

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48. (Redação da LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998) **(feito)**;

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela **(feito)**;

XII - (vetado);

XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas **(não se aplica ao caso)**;

XIV - condições de pagamento, prevendo **(feito)**:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta lei **(feito)**;

XVI - condições de recebimento do objeto da licitação **(feito)**;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação;

§ 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a administração e o licitante vencedor;
IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

In casu, o **PROCESSO Nº 2021.10.14.0023, de 14/10/2021**, está em consonância com as disposições acima citadas.

Por derradeiro, vale ressaltar que a competência para presidir a presente licitação é da **Comissão de Licitação do Município de Anajatuba/MA**, pois foi atribuída a esta a realização de processos licitatórios, dispensas, inexigibilidades, inclusive de interesse de seus órgãos desconcentrados e entidades vinculadas.

III – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, verifica-se que o processo administrativo ora analisado, até o presente momento, sobretudo a minuta do edital e seus anexos, está em consonância com os ditames da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Federal nº 3.555/00 e do Decreto Federal nº 5.450/2005 que tratam da modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico, razão pela qual esta Procuradoria Geral do Município **opina pela sua aprovação, ressalvada as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que são de inteira responsabilidade do setor a quem competiu sua elaboração e aprovação.**

Desta feita, encaminhem-se os autos ao Controlador Interno do Município, para, na forma do art.57, II da CF, emita Parecer Final.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA, 12 DE JANEIRO DE 2022.

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MAn.
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Matrícula 02/2021/OAB/MA 13.109

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

OAB/MA 13.109